A Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1888-1891)

The Quarterly Review of the Brazilian Historical and Geographical Institute on the edge of the Republic (1888-1891)

Ivonete Pereira[*]
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Roger R. Diniz Costa[**]
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo

Neste trabalho buscaremos investigar os posicionamentos políticos dos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que se fazem perceber nas publicações da Revista Trimensal do Instituto, precisamente nas edições dos anos que se seguiram à Proclamação da República (1889). Para tanto, tomaremos como fontes as edições da Revista no lapso temporal que cobre os anos de 1888, ano anterior à Proclamação, a 1891, contemplando quatro anos de publicações regulares. A mudança dos regimes marcou não somente uma transição política, mas também uma ruptura na intelligentsia brasileira, sobretudo nas ciências humanas: de estudos apologéticos à monarquia e ao passado colonial que funcionavam como legitimadores do Estado imperial, às pautas republicanas, com o intuito de fomentar uma nacionalidade cidadã entre a população. Esta mudança, porém, não foi brusca, mas gradativa, acompanhada pela permanência da influência política e do controle administrativo republicano das mesmas elites que compunham a aristocracia do Império. Averiguaremos como as tensões do cenário político e tendências ideológicas dos membros do Instituto se permitem ler em suas narrativas na Revista.

Palavras-chave: Historiografia brasileira, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Primeira República.

Abstract

In this work we will seek to investigate the political positions of the historians of the Brazilian Historical and Geographic Institute who perceived the publications of the Institute's Trimensal Magazine, precisely in the editions of the years that followed the Proclamation of the Republic (1889). To do so, we will take as sources the editions of the Review, with no time lapse covering the years 1888, the year before the Proclamation, to 1891, covering four years of regular publications. The change of the regimes have not marked only the politic, but also a rupture in Brazilian intelligence, mainly in the humanities: from apologetic studies for the monarchy and for the colonial past that functioned as legitimizers of the imperial state, to the republican agendas, with the intention of foster citizenship nationality among the population. This change, however, was not abrupt, but gradual, accompanied by the permanence of political influences and republican administrative control of the same elites that made up an aristocracy of the Empire. We will investigate how the pensions of the political scene and the ideological tendencies of the members of the Institute allows to read in their narratives of the Magazine.

Keywords: Brazilian historiography, Brazilian Historical and Geographic Institute, First Republic.

- **Enviado em: 24/02/2020**
- **Aprovado em: 09/03/2020**

[*] Professora adjunta da Graduação e Pós-Graduação do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Doutora em História (Cultura, Espaço e Sociedade), pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: ivi.pereira21@gmail.com

[**] Mestre em História (Poder e Práticas Sociais) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: rogercostahistoria@hotmail.com

Neste artigo analisamos os escritos dos historiadores da RIHGB – engajados no projeto de nação, em um momento em que a história sofre a guinada de foco da *historia magistra* para o singular coletivo nacional, a mudança do Império para a República. Tomamos a escrita da história como fonte à análise histórica, isto é, analisamos a historiografia a partir de sua historicidade própria. Nesta direção, não revisamos a veracidade de conteúdo, e sim voltamos nossa atenção à constituição do passado pela pena do historiador; indagarmos sobre as formas por meio das quais o historiador, do alto de sua erudição e de seu lento trabalho hermenêutico no século XIX, não apenas revela o passado – como já fora consenso outrora –, mas constitui o passado pela forma como o narra. Neste sentido, nossas pretensões se voltam às discussões sobre os usos políticos da História e as relações entre a retórica do historiador sobre passado e os posicionamentos que este assume em seu presente.

Uma historiografia oficial

Ao longo do século XIX no Brasil, a escrita da história era concebida como um dever patriótico, cívico, e deveria estar atrelada à legitimação e à defesa do Estado-nacional. Era uma tarefa quase que sacerdotal que só poderia ser desempenhada por profissionais extremamente qualificados, com aptidões retóricas e apurados conhecimentos arquivisticos; um trabalho árduo essencialmente associado a um tipo de prestação de serviços para com a nação. E, em função destes preceitos, justificava-se pelas vinculações diretas à política do Estado imperial.

Neste contexto, como observou Guimarães[1] nos textos da revista do Instituto Histórico, a produção historiográfica recorrente demandava determinados requisitos. A agremiação de pesquisadores/escritores baseava-se em critérios de "suficiência literária" – fator que também corrobora o fato de que os historiadores do Instituto frequentemente ocupavam cargos públicos políticos e administrativos.

As fronteiras disciplinares no Oitocentos eram demasiado fluídas, incipientes por conta do método histórico acadêmico estar ainda em sua fase embrionária. Ainda que o século XIX seja considerado "o século da História"[2], marcado por riquíssimas discussões em torno da reivindicação do status científico pela História, a inquietação com o rigor do método não se

1 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos*. N.1. Rio de Janeiro: 1988.

2 Cf. GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996: a expressão de que o século XIX foi "o século da história erudita" foi primeiramente empregada por Gabriel Monod em 1889, na "Revista Histórica", da qual foi membro fundador.

fazia presente em todo o Ocidente. Decorre daí o fato de grande parte dos historiadores brasileiros na segunda metade deste século não possuírem formação específica em sua área de atuação. Como observou Temístocles Cezar, "nem sempre ser poeta ou romancista era incompatível com ser historiador; e ir de um gênero ao outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual"[3]. As diferenças entre "homens das letras" e "homens da ciência" eram neste momento tênues, e isto também pela convergência quanto ao serviço intelectual prestado em nome de um mesmo projeto político civilizador[4]. Nas palavras de Karl Friedrich von Martius, o historiógrafo deveria "agradar não menos ao coração do que à inteligência"[5].

Neste sentido, o Instituto Historico e Geographico Brazileiro (IHGB) foi central como lugar de produção do saber histórico[6], de formatação da historiografia e, de certa forma, de controle sobre a produção historiográfica. Criado em 1838, ainda no Império, no fim do período regencial (1831-1840), juntamente com o Arquivo Público do Império – o qual se somava à Academia Imperial de Belas Artes – e concebido em reuniões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, frequentada pelas altas elites econômicas da aristocracia imperial, incialmente o IHGB integrava-se nos esforços dos conservadores (grupo que ganhou força durante a Regência de Araújo Lima, entre 1837-1840) em construir um Estado imperial centralizado e forte. Além de promover a publicação de diversas obras de historiadores, o Instituto mantinha um periódico regular, uma revista homônima, publicada na frequência trimestral: a *Revista Trimensal*, como era chamada.

O Instituto foi criado com vínculo direto ao Estado. Tanto que em 1839, ano seguinte à sua fundação, recebeu como patrono o próprio Imperador D. Pedro II, quem, além de seu protetor, com o passar do tempo foi tornando-se membro ativo, presidindo dezenas de sessões de encontro de seus membros para leituras de pesquisas e apresentações de textos concluídos. Neste sentido, o Instituto dedicava-se a fortalecer o império e os nomes dos que a ele haviam se dedicado: a história que era escrita por seus membros muitas vezes concentrava-se em enaltecer os feitos dos imperadores portugueses e exaltar o caráter sagrado da soberania monárquica brasileira, tecer honrarias a membros da corte e aos líderes militares; produzir uma história monumental por meio de uma narrativa épica com dedicações patrióticas. Tratava-se de uma historiografia produzida sobre a égide da

3 CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: *Métis: história e cultura*, v.2, n.3, jan.-jun., 2003, p. 74.
4 Cf. GUIMARÃES, opus cit.
5 Karl Friederich von Martius, 1845 apud GUIMARÃES, opus cit.
6 Segundo Michel de Certeau, é a partir do lugar social "que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam" (CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 47)

oficialidade, reconhecida e legitimada pelo Estado, que produzia uma espécie de "autenticação" histórica para esse mesmo Estado; uma instância de determinação do caráter da produção historiográfica brasileira em torno da questão da formação do Estado e da Nação brasileiros ao longo do século XIX.

O IHGB foi fundamental no contexto de composição disciplinar da História no Brasil. Durante o Império, o Instituto funcionou como um lugar de fabricação da historiografia, estabelecendo critérios e prerrogativas para sua validação[7]. Dentro de uma íntima relação do Instituto com o Estado-monarquia durante o II reinado (1840-1889), o cruzamento entre as esferas intelectual e política marcou fortemente a produção do saber histórico, evidenciando-se nas posições ocupadas pela maioria dos autores a ele vinculados: diplomatas e embaixadores, ministros, viscondes. Alguns eram literatos famosos e reconhecidos, como Joaquim Manuel de Macedo e o Visconde de Taunay, ambos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras[8].

Os pressupostos de cientificidade do oitocentos brasileiro eram essencialmente pautados no trabalho empírico de compilar as fontes e delas extrair as informações absolutamente "verdadeiras" sobre o passado. A veracidade estava portanto contida na fonte, e documentos oficiais possuíam maior validade contra documentos considerados apócrifos ou vestígios pessoais. E este trabalho deveria ser demorado e perspicaz, o qual demandava enorme sacrifício e abnegação do historiador, e que fazia com que sua prática muitas vezes fosse associada a uma tarefa heroica de sacrífico de tempo de vitalidade, quase sacerdotal. Como observa Maria da Gloria de Oliveira "é possível identificar dentre as formulas mobilizadas na delimitação da figura do historiador como amor à verdade, a abnegação, o autos sacrifício e a imparcialidade".[9]

Contudo, se a ênfase na condição empírica da investigação não implicava em desprezar as condições literárias do trabalho historiográfico, esta própria noção de cientificidade não se chocava com a efetividade do furor patriótico. Era, antes, uma maneira de reforçar o produto patriótico que era a escrita da história. Tampouco o serviço que a história prestava à nação comprometia sua aceitação como verdade. Conforme destacou Ângela de Castro Gomes, tratava-se de uma *intelligentsia* que "quer afirmar sua esfera de competência específica, para o

7 Cf. GUIMARÃES, opus cit.

8 Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (1843-1899), primeiro e único visconde de Taunay, foi autor várias obras de Literatura e de História, dentre as quais o clássicos Inocência (1872), e ocupou a cadeira de nº 13 na Academia Brasileira de Letras. Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) foi autor de vários romances, dentre eles A Moreninha (1844); foi o patrono da cadeira 20 da Academia Brasileira de Letras.

9 OLIVEIRA, Maria da Glória de. O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício de historiador no Brasil oitocentista. Lisboa: Lusíada, 2013.

que necessita de certa liberdade em relação ao campo de poder político, mas que não pode se afastar completamente desse campo por inúmeras e diferenciadas razões"[10].

A noção de disciplina, conforme trabalhada por Michel Foucault, é cabível para descrever os contornos da cientificidade pretendida para a História neste período. Vista como um domínio de objetos, métodos e técnicas, prerrogativas tidas como verdadeiras entre regras e definições próprias. Elementos estes que, somados, constituem um sistema funcional e de sentidos, que pode estar à serviço de algo/alguém sem que sua funcionalidade e sua legitimidade estejam ligadas a quem o empregou ou dele fez uso.[11] Quanto aos objetos ou ao domínio, são eles a escrita do passado; e quando às prerrogativas metodológicas está sobremaneira o trabalho empírico sobre as fontes, isto é, a apreensão da verdade contida documentação oficial. Em suma, este sistema funcional orbita as pautas da configuração da nacionalidade, da inserção do país no rol das nações ditas civilizadas, e no auxílio à governabilidade, pautas estas que estão mais que a serviço do imperador e da instituição imperial: são elas mesmas a razão da existência da historiografia neste momento. E sob estes pressupostos e lugar social se constituiu a História como disciplina no Brasil.[12]

A escrita da história era assim produzida como um ato essencialmente político, que reclamava por parte dos que com ela se envolviam uma tomada pública de decisão e atividade quanto ao problema da nacionalidade. Entendido aqui por ato político a experiência social da escrita,[13] mais especificamente da escrita da história – sem desconsiderar que a literatura também se envolvia com temas parecidos, porém de forma quase sempre indireta, subjetiva e sobre as sensibilidades. Historiar, neste interim, era cingir os contornos da nação, afirmar e defender certa nacionalidade brasileira que era pretendida então e, deste modo, inserir o

10 GOMES, opus cit., p. 76.

11 A palavra 'disciplina' é empregada por Foucault não como relativa ao 'poder disciplinar', o qual é tratado por ele principalmente em Vigiar e Punir (Petrópolis: Vozes, 2013), mas no sentido de campo de conhecimento – algo semelhante ao que convencionou-se chamar de 'disciplina acadêmica'. Cf. FOUCAULT, Michel de. *A ordem do discurso*. 23.ed. São Paulo: Loyola, 2013, p. 30.

12 Cf. Guimarães (opus cit) não como disciplina acadêmica, centrada nas universidades, nas quais a ampla concorrência intelectual era praticada pelo mérito na qualidade e na quantidade da produção. No Brasil o processo de disposição dos espaços de produção de conhecimento se deu de forma diferente do que ocorria na Europa neste momento, seguindo o modelo de academia iluminista (séc. XVIII), no qual o preenchimento dos cargos intelectuais pautava-se quase que exclusivamente nas relações sociais estabelecidas.

13 Nesse sentido, é cabível a identificação de Jacques Rancière: 'O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma' (RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio da poética do saber*. São Paulo: Educ/Pontes, 1994, p. 7).

Brasil entre as destacadas potências europeias, das quais – entendia-se que – tivera sua gênese.

A geração de 1870

Conforme Angela Alonso[14] observa em sua pesquisa de doutoramento, a partir da década de 1870 verifica-se um deslocamento nas ideias da maior parte dos intelectuais brasileiros, no qual tem parte também a prática historiográfica. Uma "nova geração" se insere no debate historiográfico, a qual era até então politicamente marginalizada por alimentar expectativas sintetizadas em noções como "república", "democracia" e "abolicionismo" – principalmente esta última. Decorre da "geração de 1870" um processo de reescrita da história, no qual a seleção do povo como protagonista do passado é característica latente. A mudança não foi brusca, mas gradual, de modo que as principais características da geração anterior inda se mantinham operantes: ainda se produziam as aclamadas biografias dos "homens ilustres", e persistia o tratamento da história como um tipo de "guia" para a orquestração da política e para a formatação da nação. Não havia uma retaliação à historiografia antecessora, tampouco qualquer negação da legitimação imperial ou do caráter elitista das narrativas que privilegiavam sempre as lideranças dos grandes nomes. Não se pode falar em um choque entre as duas gerações, mas na segunda o povo é quem é tomado como objeto central da história, e se torna a instância legitimadora da enunciação historiográfica. Não se trata de uma ruptura, propriamente dita, mas antes de uma reforma.

Pode se dizer que neste momento ecoa na ex-colônia o processo que se deu no continente da ex-metrópole no século anterior, o qual Renhart Koselleck[15] observou como a transição da *historia magistra vitae* para um novo *topos*: criar-se-ia uma nova concepção de história protagonizando o singular coletivo, isto é, a coletividade nacional. A emergência da disciplina da História inaugurou a própria Modernidade em contraposição ao chamado Antigo Regime. Ou seja, o léxico "modernidade", que se impôs no século XIX, foi gestado a partir da experiência da derrubada do Absolutismo para demarcar uma periodização temporal, uma unidade coerente dotada de sentido histórico; e a ideia de um progresso neste sentido, passa a ser organizada pela experiência histórica. A História deixa de lado seu tom de exemplo para a vida individual dos que a ela tinham acesso, para dedicar-se à configurar uma consciência

14 ALONSO, opus cit.

15 KOSELLECK, Renhart. Historia magistra vitae – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

coletiva pautada numa grande explicação sobre a trajetória coletiva da população nacional, do povo que compunha – ou passaria a compor – a nação. A História se torna, neste quadro, um indispensável instrumento para forjar a nacionalidade.

Mas qual povo seria este? Quais elementos dariam então consistência a este singular coletivo nacional ao qual se refere Koselleck? Aparentemente, por motivos epistemológicos ligados às emergentes ciências sociais no continente europeu, e por motivos políticos ligados ao advento do um novo regime que há pouco havia se apresentado no ocidente, a população era neste momento não mais entendida apenas como a soma das três ordens da sociedade imperial, mas como um corpo homogêneo de pessoas, o corpo nacional. A unidade nacional deveria ser buscada em sua formação histórica – o que tornaria a escrita da história um imenso investimento discursivo, então não mais tendo a legitimidade do Estado-imperial como fator primeiro e de maior importância, mas a trajetória comum do passado nacional em relação aos cidadãos e a produção de sentidos de identificação pela memória.

Como nos mostra Michel Foucault[16] na vastidão de sua obra, *poder* e *saber* são estruturas que nunca se apresentam desconectadas. Uma nova semântica política pautada na imanência do poder e em suas representações sociais implantava uma nova forma de saber sobre o passado, uma nova forma de pensar e contar o passado pautada em novas concepções políticas.

A busca por delimitar os contornos históricos e culturais da nação sempre esteve presente na produção histórica do IHGB, mas a partir das décadas de 1870 e 1880 há uma significativa alteração. A nação já não é mais tomada de forma tão intrinsecamente ligada à monarquia e ao Império, mas ainda não é possível que estivesse ligada à uma ideia concreta e formatada de república no Brasil, pois ainda não havia de fato uma república e os ideais republicanos se dividiam: movimento abolicionista, partido liberal, teorias econômicas liberais ainda se difundindo. Seria exagerado afirmar que neste intervalo o que se procurava em termos da enunciação historiográfica fosse uma desvinculação completa do primeiro molde, o monárquico e imperial, para que se pudessem criar condições para a instauração do segundo, que dava principal atenção ao povo; principalmente pela histórica ligação do Instituto Histórico com a instituição monárquica.[17]

---

16 As temáticas do poder e do saber tratados de forma articulada estão presentes ao longo de toda a obra de Michel Foucault, mas para explicações mais específicas indica-se a coletânea organizada por Roberto Machado: MACHADO, R. (Org.) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

17 Apesar desta guinada na geração de 1870, não é possível falar de algo como uma História Social neste momento, como a que seria desenvolvida na França várias décadas depois. Igualmente, não se tratava de uma historiografia 'republicana', na conotação de militância política que o termo pode sugerir. Contudo,

Se a escrita da história produzida dentro da oficialidade do IHGB dedicava-se à fortalecer o Império, seus membros eram o que podemos generalizar em uma posição política como "monarquistas" – haja vista, em oposição, a existência de diversos políticos e intelectuais que se colocavam como republicanos ainda no Império. Esta vertente da historiografia que era praticada era oposta ao Novo Regime. Como então improvisar uma república com uma história oficial bendizendo o Império? A mudança de perspectiva parecia iminente. Verificaremos em algumas edições da Revista Trimestral do IHGB se de fato foi imediata dentro do Instituto. A análise que pretendemos empreender, neste artigo, se volta a este período de transição do Império para a República.

Raymundo Faoro[18] defende que nada mudou substancialmente no funcionamento político e econômico do país e em sua organização social, os Militares, que ganharam espaço como grupo político desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), um dos feitores da assim chamada "proclamação", assediaram o estamento, adentrando-o, para permanecerem por um tempo significativo no topo da pirâmide social. Sem perder o total controle desse estamento, grupos econômicos privilegiados, especialmente o dos latifundiários cafeicultores e pecuaristas, alternaram-se no poder nas décadas seguinte, ainda numa dialética da ambiguidade que não alterava profundamente o predomínio da antiga aristocracia imperial: a "política dos governadores", como é chamada pelo autor.

Emília Viotti da Costa[19] considera que as razões tradicionalmente consagradas não são suficientes para dar conta do processo que resultou na superação da monarquia e consequentemente instalação da República no Brasil. Destaca que o discurso produzido na segunda década do século XX é marcado por justificativas e pela influência da filosofia política positivista que opõe a noção de "ação individual *x* processo" É, de fato, então na terceira década do século XX que a historiografia realiza um progresso sobre esta temática, "abandonando as versões subjetivas dos testemunhos, procuram os historiadores explicar a queda da Monarquia pela inadequação das instituições vigentes ao progresso do país".[20] E, segundo ela, é deste modo que é inaugurada uma nova perspectiva de abordagem do episódio, enfocando conjuntamente as dimensões política e econômica.

---

observa-se que esta mudança na enunciação historiográfica acompanha o crescimento de movimentos sociais defensores da causa abolicionista e das ideias liberais neste momento, os quais se opunham ao regime monárquico mas nem sempre estavam vinculados, mas que posteriormente se aproximariam.

18 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10.ed. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000, cap. XII.

19 COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

20 Ibid., p. p.225.

Diferentemente de Viotti e Faoro, Manuel Luiz Salgado Guimarães[21] considera que as implicações da mudança de regime político repercutiram de formas diferenciadas sobre a construção de sentidos e da consciência de si coletiva dos que imediatamente se impuseram sobre as ordens política e econômica. Guimarães volta-se principalmente às condições formais de produção da historiografia naquele contexto, e observa que a relação das bases teóricas e das acepções de sentidos que antes fundamentavam o império e agora passavam a fundamentar a República careciam de alterações e adaptações que acompanhassem a transição, seja para uma nova formulação do projeto de nação (que divergia fundamentalmente com o projeto até então pretendido), seja pela consciência do presente em relação ao passado e ao futuro que a escrita da história também proporcionava.

Neste ínterim, qual teria sido então o papel que, por meio dos historiadores e sua produção, o Instituto passaria a ter dentro da República? Seria possível uma ruptura imediata com a tradicional historiografia imperial e a entidade República se tornar o centro das narrativas? Ou, em contrapartida, no plano intelectual e político as duas concepções se mesclariam, sendo que a ruptura sistemática não tenha sido tão drástica, como defendem Faoro e Viotti?

Para responder a estas e outras questões, tomaremos algumas das edições da Revista Trimensal do IHGB, atentando às formações discursivas e aos posicionamentos dos autores que publicaram no periódico quanto à sua postura político ideológica. Não daremos foco à questões relativas à epistemologia da História, aos procedimentos metodológicos do trabalho dos historiadores, tampouco a analisar os gêneros historiográficos e literários que estão presentes nas edições pinçadas.

A Revista Trimensal no contexto da instauração da República

A *Revista Trimensal* foi um periódico do IHGB que circulou desde a fundação do Instituto, contemplando temáticas que convergiam com o objeto do ambicioso projeto da instituição: a consolidação do Estado-imperial, bem como o fornecimento de subsidio histórico e ideológico à governabilidade a partir da leitura do passado que proporcionava; a formatação dos vultos dos heróis da nação e de seu correlato identitário e emocional, a nacionalidade; e a difusão de uma noção de civilização que estava necessariamente vinculada à ideia de "civilidade" que então imperava, pautada na cultura europeia (ainda que a

21 GUIMARÃES, opus cit.

expressão possa sugerir uma exagerada generalização), que, num primeiro momento, excluía de seu projeto os que julgava-se não serem portadores desta característica: negros e índios.[22] A Revista tinha sua frequência de publicação semestral, mas cada edição publicada cobria sempre o período de dois trimestres, sendo que vinham a público dois volumes por ano. Posteriormente o periódico teve seu nome alterado, perdendo a palavra Trimensal de seu título, e atualmente é publicado com uma frequência de três edições por ano.[23]

Adentrando o *corpus* de fontes que selecionamos para este artigo, constatamos que em um primeiro momento, nas edições de 1888 e na primeira edição de 1889, verifica-se certo hiato na publicação de pesquisas recentes e inéditas sobre história.[24] A Revista trazia em si uma característica de reflexo da carga de burocracia que desde já pesava sobre os vínculos com a oficialidade, de modo que era de praxe que na primeira edição de cada ano constasse vasta listagem dos membros que então figuravam no conjunto de consócios e uma relação orçamentária dos gastos e despesas pretendidos para o ano que se seguiria; assim como era de praxe que na segunda – e última – edição anual constassem balanços e relatórios de gastos e listagens dos novos membros aceitos.

Contudo, neste mencionado período há uma grande quantidade de materiais dessa ordem, de modo a ofuscar as publicações e dar-lhes uma impressão de serem mais um conjunto de atas e ofícios do que um periódico de difusão e propagação de conhecimento, de trabalhos de pesquisa. Na parte II (segunda edição) do ano de 1888, por exemplo, mais da metade da edição de aproximadamente 400 páginas é destinada à publicação de atas das sessões ordinárias das reuniões dos membros do Instituto e de balanços, prestações de contas e listagens de associados e suas respectivas dívidas. Não eram enunciados os nomes dos devedores, mas constavam os sócios que estavam com suas contas pagas. Isto de modo que poucos são os artigos dedicados realmente aos estudos de história ou da geografia.

Na edição primeira de 1889, ao longo de 528 páginas,[25] uma tradução imensa ocupava 440 páginas sem que nenhum estudo recente tomasse parte do volume. A tradução é assinada pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe: trata-se de um catálogo genealógico datado de datada de 1708, no qual constam as linhagens das famílias europeias (quase todas

22 Cf. GUIMARÃES, opus cit.

23 Atualmente publicada com o título de "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" apenas. As abreviaturas "RIHGB" nas notas seguintes referem-se às edições do periódico.

24 Cabe salientar que a Revista, assim como toda a produção do IHGB, de modo geral, dedicava-se apenas à história do Brasil, ao passado nacional, como pretendia; e a menção de outros contextos e países, i.e., de outras nações, só acontecia quando em intersecção a algum detalhe da história brasileira.

25 514 páginas são enumeradas e se somam a um apêndice inicial que lista todos os associados desde a fundação do Instituto em mais 14 páginas contabilizadas em algarismos romanos.

portuguesas) vindas para o Brasil entre os meados do século XVI e o início do século XVIII. Não exatamente uma tradução, mas um trabalho de adaptação ortográfica semelhante a uma.

Qual o motivo de comentar este hiato na produção do IHGB? A aparente interrupção nas pesquisas publicadas ocorre exatamente no momento de ápice da crise política no Império, imediatamente após ser sancionada a Lei Áurea (13 de maio de 1888) e no limiar do período monárquico. E, assim, a participação de poucos membros na organização editorial das edições da Revista pode ser compreendido pela hipótese de que o envolvimento dos letrados no conturbado e tenso cenário político da capital tomava seus ânimos e energias – que reforça-se ao considerarmos que os historiadores em geral não possuíam formação específica na área de História, e muitos eram literatos, jornalistas etc.

Mas, se por um lado, o crescimento do pensamento liberal se opunha à instituição monárquica severamente e cada vez mais se vinculava aos grupos republicanos, e o comentado hiato produtivo que se verifica nas edições pudesse suscitar que este pensamento chegava ao IHGB e ganhava força após a abolição da escravidão e com a proclamação da República, esta conjetura não se sustenta pelas evidências.

Na primeira edição de 1891, mais de um ano posterior à instauração da República, ainda figurava na abertura da Revista o timbre imperial que destacava a fundação do Instituto acompanhando o título: "Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata proteção de S. M. I.[26] o Sr. D. Pedro II". Apenas na segunda edição deste ano a inscrição deixaria de fazer parte da capa da Revista, contraditória ao novo regime instaurado – haja vista que, tratando-se de uma instituição intelectualizada produtiva a relação do IHGB com o governo seria mantida também na República. O selo em latim, no entanto, carimbado também na capa, permanece até os dias de hoje, anunciando: "*Auspice Petro secundo, pacifica scientiæ occupatio*";[27] ao lado do qual consta a inscrição, também em latim: "*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos. Et possint posteritate frui*"[28].

A acepção monarquista do IHGB não se fazia apenas de simbolismos, mas também, e principalmente, da produção de conteúdo (artigos, capítulos, biografias, ensaios e mesmo e notas menores) que se manifestavam nas edições da Revista.

Neste sentido, malgrado o referido hiato produtivo, observamos recorrentes enaltecimentos à figura do imperador e à instituição monárquica ainda nas edições de 1889,

26 "Sua Majestade Imperial".
27 Tradução: "Sob a proteção de Pedro segundo, pacífica ocupação científica".
28 Tradução: "Faço isso para prolongar seu sucesso pelos anos. E para o desfrute da posteridade".

às portas das grandes rupturas. A edição I deste ano (logo após o apêndice com a listagem de todos os membros desde a fundação do Instituto) é aberta com um canto épico enaltecendo D. Pedro II. Não se trata de uma ode[29] carregada de lirismo e palavras doces, mas de um poema heroico[30] que trata o imperador como um vitorioso "heróe", "lutador" e "guerreiro santo" – nestas palavras.

> [...]
> Em pé, guerreiros! Não temais; á frente
> Vêdes meu murrião – vosso estandarte !
> – Eu sou o proprio archanjo da batalha
> Que tem por braço do Senhor a dextra,
> E por espada o raio crepitante
> Que vos guie ao triumpho, vos abrindo
> Entre cadav'res sanguinosa estrada ! . . .
> – Eu sou o rei do oceano immensuravel ;
> Meu batel, como um throno fluctuante,
> Como as azas do tufão correndo os mares,
> Afunda as frotas de cavados troncos,
> Enrubecendo as azuladas ondas!
> – Eu sou mesmo a Victoria – nos meus lábios
> Sou clarim de Josué, que abate
> Os fortes muros de cerradas praças !
> – Eu sou o fundador das cem cidades
> Do golpho immenso, que os gigantes guardam,
> Sellados de meu sangue em meu martyrio.
> [...][31]

O poema data de 1957, durante a Guerra do Paraguai portanto, o que explica seu tom de discurso de arauto. Nas estrofes seguinte, continua invocando diversos acontecimentos históricos, sempre exacerbando o imperador como vencedor e ilustre ao mesmo tempo,[32] ora elogiando-o, ora teatralizando a voz do homenageado. Nas demais estrofes (28 no total) são mencionados, poeticamente, outros eventos, como os levantes revoltosos contra a coroa e a

29 Cf. Massaud, a ode é um tipo de poema lírico que remonta à Grécia antiga. Neste tipo de poema as estrofes são simétricas, os versos possuem a mesma medida, e é enfocado um caráter de entusiasmo quanto ao homenageado pelo poema. Contudo, este entusiasmo é referente ao enaltecimento beleza, do belo, e era acompanhado de melodias doces e harmônicas produzidas pelo acompanhamento da lira (instrumento musical semelhante à harpa) (MASSAUD, Moisés. *Dicionário de termos literários*. 12.ed. ver. e amp. São Paulo: Cultrix, 2004).

30 "Canto Epico lido na augusta presença de S. M. o Imperador na sessão do Instituto Historico em 3 de Dezembro de 1869 pelo socio honorario, 3º vice-presidente Joaquim Norberto de Souza Silva", In: RHIGB, Tomo LII, parte I, 1889, pp. I-IX.

31 Ibid.

32 Temístocles Cezar (opus cit), pautado em Jean-Claude Bonnet, diferencia os dois grupos. Segundo ele: "homens ilustres" são os nascidos da nobreza, "brilhantes" por natureza (que não poderiam tomar maior brilho, daí ilustres); já os "grandes homens" são os enaltecidos pela realização de grandes feitos, seja pelas armas ou pelas letras. Segundo Cezar, ambos eram objetos das biografias do IHGB desde sua fundação até o início do século XX, e, no Brasil não houve uma distinção formal entre os dois tipos, diferentemente do processo de composição do panteão de heróis nacionais da França.

Guerra do Paraguai (1864-1870) – quando a referência é à esta guerra, o governante paraguaio, Solano Lopez (1827-1870), é mencionado como "a besta".[33]

Também nas edições de 1890 observamos tratamentos de glorificação à monarquia, mesmo já instaurada a República. Na edição I deste ano, a qual foi dedicada à "Commemoração do centenario de Claudio Manuel da Costa", verifica-se a publicação de leituras realizadas na sessão de 4 de julho do ano anterior, 1889, e nela aparece o nome do imperador na posição de presidente do Instituto – mencionado como "augusto presidente" –, e o anteriormente presidente, Joaquim Norberto de Souza Silva, abre a sessão na posição de diretor da casa. Na prática, entretanto, o antigo presidente continua a tomar a mesma posição, ocupando-se das mesmas atribuições de porta-voz das sessões e orador dos discursos centrais, e D. Pedro é presenteado com o cargo apenas em uma função simbólica, e não performática. Contudo, a ata da sessão de 4 de julho de 1889 já havia sido publicada na edição II da Revista Trimensal no ano em que aconteceu,[34] e nela D. Pedro não aparecia como presidente. Ao ser publicada novamente a ata desta sessão, e com esta simbólica, porém importante, alteração, principalmente por ser republicada após o incidente da Proclamação, deixa expressa uma clara e imediata posição de repúdio ao novo regime emergente, ainda que implícita, pois insiste em dar ao monarca lugar de destaque como soberano legítimo e digno de manter-se no trono – já que no "trono" do Instituto ele era mantido. A escrita se manifesta assim, e como traremos deste ponto do texto em diante, como um ato essencialmente político, que se efetiva por parte do autor como uma reflexão e um posicionamento ativo.[35]

Esta posição manifesta-se também em outros momentos e em outros trechos da edição. Em uma pequena nota, na primeira página após a capa e as folhas de rosto desta edição, consta o seguinte trecho:

> Por mais que as gerações passadas que anteviram em seus dourados sonhos a granza, a independencia e a liberdade de nosso paiz, jamais previram que *um rei nascido nesta terra americana e emballado pela auras brazileiras, viesse um dia assistir do alto do seu throno e como presidente de uma associação* chamada a honrar as glorias da pátria – a rehabilitação do primeiro martyr de sua liberdade e a glorificação de um de seus primeiros e distinctos poetas.[36]

33 RHIGB, Tomo LII, parte I, 1889, p. VIII.
34 RIHGB, Tomo LII, parte II, 1889, p. 428.
35 Toma-se, neste sentido, a definição de escrita proposta por Jacques Ranciére: "O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação de mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que anima e com outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma" (RANCIÉRE, opus cit, p. 7).
36 RIHGB, Tomo LIII, Parte I, 1890, p. 5. Grifos meus.

É evidente que, "do alto de seu throno" o imperador é nomeado presidente da instituição, e não eleito dentro dos procedimentos formais da anuidade – pois se assim tivesse sido constaria nesta função desde as primeiras sessões do ano presente. Mas essa nomeação não se verifica na ata da sessão correspondente, apenas na edição seguinte, quando esta ata é republicada, na ocasião de uma comemoração, como dissemos.

Para além dos símbolos e alegorias que enaltecem o imperador, o conteúdo dos textos das edições paradoxalmente se divide com uma marca oposta: a de seleção e projeção de próceres de movimentos revolucionários de cunho republicano desde os tempos coloniais – ou atribuídos a um pensamento republicano. Este tipo de trabalho estava alinhado desde já com a seleção das figuras históricas que passariam a ter lugar central no que seria um panteão cívico nacional, seriam futuramente os heróis nacionais republicanos, os quais eram pretendidos como alvos de admiração e grandes exemplos patrióticos à população – agora constituída de cidadãos, não mais súditos que deveriam apenas admirar o imperador.

Mas percebe-se aqui outro detalhe importante: o resgate e a aclamação de figuras engajadas em lutas e movimentos sociais de contestação, com o intuito de fortalecer historicamente o novo regime e oferecer-lhe um estatuto de conquista popular por lutas históricas as quais ambicionavam a República, retirando-lhe a impressão de continuidade natural do Império. Entretanto, em via de regra estes personagens e movimentos antecederam em muito os ideais republicanos, como foi o caso das conjurações ocorridas no período colonial, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, as quais eram mobilizadas apenas regionalmente e sem pretensões relativas à independência de toda a colônia, sendo por vezes até mesmo contrárias à unidade nacional, portanto, separatistas. Esta tendência ganharia força principalmente a partir dos anos da virada para o século XX,[37] e estes que supostamente teriam lutado pela República seriam, como já dito, aclamados como os heróis do panteão cívico nacional, como foi Tiradentes. Neste caso trata-se de Claudio Manuel da Costa (1729-1789), poeta que também fez parte do projeto da Inconfidência Mineira.

A homenagem realizada nesta edição consiste em uma diversidade de materiais, produzidos ou reproduzidos, lidos nas sessões ou somente publicados na edição: uma transcrição da ata da reunião de 4 de julho de 1889, a qual foi destinada a homenagear o referido poeta; alguns poemas de sua autoria, transcritos como "As Melhores Poesias do Poeta"; alguns poemas em homenagem à sua memória; e também algumas "Notas

[37] Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companha das Letras, 1987.

Biographicas", destinadas a narrar brevemente sua vida. Constam também "Notas Bibliographicas" referentes a manuscritos e publicações raras de curta tiragem do poeta inconfidente. Um inventário comentado de peças históricas pertencentes ao biografado também integra a primeira parte da obra, no qual constam livros, roupas, joias (prataria e louças importadas) e um escravo. Por fim, são transcritos alguns documentos históricos como o auto de interrogatório, quando da prisão do poeta, e o auto de corpo delito, posterior à sua morte (teria se suicidado na prisão), e também trechos de obras nas quais ele é citado ou comentado.

O conjunto de textos sobre Claudio Manuel da Costa aborda principalmente sua figura revolucionária, através de dados e notas que convergiam para a narração de sua vida; e, ao mesmo tempo, enaltecê-lo. Uma clara tarefa de construção e afirmação de uma memória, memória que não focaliza apenas a figura do poeta, mas que tem por seu objeto a monumentalização do passado da Inconfidência Mineira e específica abordagem desta e, assim, uma utilização do passado objetivando alinhá-lo com expectativas e intencionalidades coevas: iniciar um processo narrativo-historiográfico que garantisse sustentação ao novo regime e a formatação de uma consciência histórica e política na população, de modo a sustentar o novo regime.

Como explica Carvalho,[38] a mudança de regime político criava também demanda política nacional. Se os foros de nacionalidade que eram pretendidos com a historiografia imperial inseriam o imperador e a monarquia no centro da concepção de nação monárquica, na República a instituição da monarquia deixou de existir, dando lugar ao regime presidencialista,[39] o qual implicava em eleições e em uma noção de participação política, de cidadania.[40]

A população em geral deixava de dever lealdade para com o rei e passava a dever lealdade apenas à sua nação, deixava de ser súdita e se tornava cidadã, e uma nova concepção de nacionalidade emergia como necessária, uma nacionalidade que tivesse a República e o senso de igualdade legal como seu centro, e não mais o trono.

O fato de constarem odes à figura de Claudio Manuel da Costa nesta edição por si só já é suficiente para afirmar que a pretensão era de enaltece-lo, mas o escopo para o

38 CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

39 Embora na primeira fase do período republicano tenha se destacado o governo provisório de militares, o que alguns chamaram de "República da Espada" Por exemplo: LOVE, Joseph L. "Political Participation in Brazil, 1881-1969". In: Luso-Brazilian Review, n. 9, s. 2, 1970, pp. 3-24.

40 Para Carvalho, a ideia de cidadania também teve uma dinâmica histórica no Brasil, pois os direitos e deveres não foram sempre os mesmos, de modo que a condição de cidadão investiu-se de significados diversos nos diferentes períodos da história do Brasil.

empreendimento vai além. Ao tratar o poeta inconfidente como "primeiro martyr precursor da ideia da independencia nacional"[41] e defender a Inconfidência Mineira como protótipo de uma ideia de independência nacional e de instauração de uma república inspirada na Revolução Francesa, os trabalhos desta parte da edição convergem para um entendimento comum de que a revolta buscava emancipar a colônia de sua metrópole, quando buscava antes a independência da província das Minas Gerais auríferas. Da mesma forma, a conjuração se torna símbolo de uma luta pela democracia, pela cidadania e, ainda que a palavra não tenha sido emprega, é visível que se operacionaliza em prol da implantação do sistema republicano.

Quanto às forças militares à serviço da coroa, que rechaçaram a revolta, estas não são mencionadas como demonizadas de forma alguma, tampouco demonizadas como reacionárias: entendem os autores das peças textuais, principalmente nas Notas Biographicas, que era prioridade naquele momento a manutenção da colônia unificada. Não é criticada a coroa, que suprimiu a conjuração (na qual militava o poeta biografado) antes que fosse deflagrada, pois desta mesma coroa descendia o imperador que estava presente na sessão de homenagem, o qual era "fundador, protetor e então presidente do Instituto". Mas, na contramão, a identificação de vislumbres republicanos na distante insurreição também não entra em contraste com o fato de ser o mesmo imperador ali presente a personificação do Antigo Regime, pois era sabida a inclinação de Pedro II ao republicanismo[42].

Está presente também na primeira edição de 1890 da Revista um artigo de 23 páginas sobre a simbologia da bandeira nacional, intitulado "A Bandeira Nacional, memoria histórica".[43] O texto pretende fazer-se explicativo sobre as origens da bandeira, os significados dos elementos nela presentes e sobre as alterações sofridas pelo estandarte ao longo do tempo. No final deste escrito há uma crítica à tradição de culto aos símbolos nacionais e brasões, a qual é tratada como decadente; e segue defendendo o que é o brasão e sua importância: "O brazão é e será de todos os tempos e não é uma vaidade senão individualmente. Figura nos monumentos e em lugar proeminente, e as belas artes o tem na conta de ornatos significativos".[44] Uma pequena nota de pouco mais de uma página consta ao final deste texto, um "Additamento" (adendo), no qual é descrita a substituição da bandeira imperial pela republicana, cujo "o effeito que produz esse azul sobre o amarello é pessimo e de mau gosto, e a bandeira sem vida parece dissolver-se nos ares, quando ella, segundo a bella

41 RIHGB, Tomo LIII, parte I, 1890, p. 15.
42 Vide a biografia histórica sobre Dom Pedro II (São Paulo: Companhia das Letras, 2007) escrita por José Murilo de Carvalho, especialmente o capítulo 22, intitulado "O imperador e o povo", pp. 175-181.
43 RHIGB, Tomo LIII, parte I, 1890, pp. 243-266. É lido pelo então presidente Joaquim Norberto de Souza Silva, mas não consta assinatura de autoria nem no início e nem ao final.
44 Ibid.

expressão do bispo de Targes, representa a alma de um povo".[45] Visivelmente, escarnece a simbologia que então é empregada no novo regime em detrimento da gloria do império. E são feitas sugestões de símbolos que poderiam ser adotados no lugar da coroa que antes figurava, em referência de analogias à símbolos romanos (por conta do modelo político ter sua origem na Roman antiga) e de elementos da fauna e da flora brasileiras.

Como afirma José Murilo de Carvalho, "modernamente, alguns símbolos nacionais se tornaram de uso quase obrigatório [na constituição da nacionalidade], como a bandeira e o hino. Tornaram-se a identificação oficial dos países".[46] Para este autor, os primeiros anos da República são marcados por uma guerra ideológica que toma conta do cenário político, e tem como campo de batalha os símbolos e mitos cívico-nacionais, elementos estes que tinham maior impacto sobre o imaginário coletivo da população brasileira (que em sua maioria era analfabeta). Por detrás dos símbolos e dos heróis estão presentes os modelos de sociedade, de organização política e muitas vezes de manutenção da hegemonia dos grupos dirigentes. Esta disputa da qual fala Carvalho não seria travada somente por monarquistas *versus* republicanos, mas também entre as diferentes ideias republicanas (liberal, jacobina, positivista etc.), e, como a citação da fonte exempla, começava imediatamente após a Proclamação.

A escrita da história se apresenta como uma forma de enquadramento e instituição de memória; como a imposição de uma memória oficial, controlada e sustentada por interesses dos que têm poder sobre ela. A História se opera como um lugar de memória,[47] lugar em que a memória é produzida e propagada, lugar de fabricação do passado, no qual se produz um olhar sobre o passado que pretende enraizar-se no consciente coletivo nacional – e a partir desta leitura do passado delimitar uma autoconsciência nacional, um sentimento de nacionalidade.

Na edição II da Revista Trimensal no ano de 1890 é publicado um trabalho datado de 1749 e de autoria supostamente anônima, intitulado "Narração Historica das Calamidades de Pernambuco, Sucedidas desde o anno de 1707 até o de 1716 com a notícia do levante dos povos de suas capitanias".[48] A narração das "calamidades" trata, na realidade, dos conflitos que a historiografia convencionou chamar de Guerra dos Mascates (1710-1711). O conflito

45 Ibid., p. 265.
46 CARVALHO, opus cit, 1990, p. 14.
47 Cf. Pierre Nora esclarece que "mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual." (NORA, Pierre. "Entre história e memória: a problemática dos lugares". In: *Revista Projeto História*. São Paulo, v.10, 1993, pp. 21-22).
48 RIHGB, Tomo LIII, parte II, 1890, pp. 1-307.

fora travado entre os senhores de engenho pernambucanos (concentrados em Olinda) e os comerciantes *reinóis* (portugueses da metrópole, pejorativamente taxados de "mascates", concentrados em Recife), e atualmente é unânime sua classificação como um movimento nativista: que não reivindicava a independência política e nem contestava o Pacto Colonial desempenhado pela metrópole[49] – diferentemente da já referida Inconfidência Mineira, a qual era um movimento emancipacionista.

O texto é uma descrição detalhada realizada por um observador *in loco*, organizado na forma de uma narrativa que não nega esforços em julgar os acontecimentos. Mas por que havia selecionado um trabalho escrito há – então – mas de 150 anos, justamente em um contexto tão conturbado para a política nacional e tão incerto para o Instituto? Por que não deixá-lo para um momento posterior, ou porque ainda não havia ido à público anteriormente? A hipótese do hiato na produtividade das pesquisas do IHGB, anteriormente levantada, é também válida para responder a estas indagações: a diminuição de trabalhos de pesquisa concluídos proporcionou lugar para que este viesse à público. Mas por que então dar-lhe destaque como o primeiro texto desta edição, abrindo-a em suas primeiras páginas? Como não dispomos de condições para averiguá-la mais precisamente, confrontando a frequência e o teor das edições da revista com as publicações de outros periódicos que circulavam na capital neste momento histórico, seguimos por outro viés.

Considerando o contexto no qual a publicação se realizou, a inscrição desta narrativa na Revista acaba denotando mais do que uma denúncia das referidas calamidades pelo autor anônimo um século e meio antes; também mais que a simples difusão de um trabalho de cunho historiográfico que interessaria à comunidade leitora e/ou integrante do IHGB. Um posicionamento ideológico parece ser resgatado, e pode ser percebido pelo encadeamento e tratamento dos fatos narrados. Esclarece o anônimo autor que

> como as escrituras sejão remedio infalivel contra os axaques do esquecimento, quero o troco de algum trabalho reservar para mim este medicamento, já que tem sido tal a incuria dos moradores d'esta praça (porque os de fóra bem sei não hão de tratar d'isso) que até o prezente não houve algum mais suficiente (havendo tantos) que por mim o tomasse [...][50]

A narrativa é exposta e iniciada como uma forma de remediar os padecimentos pelo esquecimento, uma rememoração; mas não demonstra ser apenas uma simples tentativa de lembrança despretensiosa, e sim de construção e instituição de uma memória enquadrada

[49] Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates. Pernambuco (1666-1715)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

[50] RIHGB, Tomo LIII, parte II, 1890, p. 2.

com relação ao evento. A praça central do povoado de Recife (o qual inicialmente era submetido à Olinda), na qual realizava-se quase todo o comércio dos referidos "mascates", é retratada como um ponto de encontro de "vadios e desocupados" dali, em torno do qual habitava a maior parte das "pobres almas" da cidade, lugar onde imperava a desordem e a violência. Da mesma forma, a tentativa de independência do povoado recifense de Olinda é retratada na narração com uma afronta à ordem – ordem que não é apenas social, mas também influenciada pelos poderes da "providência divina". Deste modo, o texto apresenta-se como uma observação elitista do passado, inserindo os latifundiários, que eram contrários à vinda dos *reinóis* e seu comércio, como os que de fato teriam sido vitimados pelo conflito após terem seu espaço invadido. Não obstante, ressoa uma tônica antiliberal e até aristocrática, e que se afirma fortemente sobre os valores e a moral cristã ao longo de toda a narrativa – posturas que corroboram a tendência pro-monarquia.

A produção historiográfica nestes meados do século XVIII pautava-se metodologicamente na busca pela verdade, a qual estaria puramente contida nas fontes,[51] e que as fontes analisadas para a narração destes acontecimentos eram quase todas documentos oficiais produzidos no seio do Estado, não é de nada inusitado que o texto trate os comerciantes como "bandidos e perturbadores da ordem"; pois o comércio que buscava fugir dos altos impostos trazia em si práticas liberais, que eram avessas à política econômica desempenhada pelo mesmo Estado colonial. Assim como as ligações com a moral cristã são esperadas neste contexto – o texto foi produzido, conforme consta, em 1759, auge da exploração colonial.

A visão essencialmente cristã (católica) se opera de modo que não apenas insere palavras relacionadas a saudações e referentes ao monoteísmo, mas implica em uma visão fatalista do processo histórico, de uma inevitabilidade histórica pautada em essencialismos, a qual, com efeito, repercute em uma relação de causalidade que elabora ensejos e destinos, motivações e "castigos" ligados à transcendência. Por exemplo, ao fim do enredo:

> E por ultima concluzão qierp [sic] se entenda, que suposto as calamidades que n'ella noticio, sublevações do povo, cerco do Recife, tapamentos da ponte, e tudo o mais molesto, que os moradores de Pernambuco experimentárão, e estão experimentando, suposto digo, tivessem por cauza proxima a emulação dos naturaes da terra com os Recifenses e filhos do reino, a cauza remota forão os pecados de todos, aos quaes a justiça divina quiz castigar por este meio..[52]

51 Cf. CEZAR, opus cit; GUIMARÃES, opus cit; OLIVEIRA, opus cit.
52 RHIGB, Tomo LIII, Parte II, 1890, p. 307.

O IHGB ainda não havia sido fundado quando – supostamente – esta narrativa foi escrita, e por isso não se pode falar que se tratava de uma escrita da história oficial, formalmente vinculada ao Estado; mas o fato de ter sido publicada neste momento de emergência da República demonstra que esta visão não era de todo discrepante da que se propagava no ano da edição da Revista, 1890 – pois se o fosse não teria sido aceita como compatível à publicação. A publicação deste texto, livre de críticas ou comentários de qualquer natureza pode ser entendida como como endosso da posição do anônimo autor setecentista.

O que é de fato incomum é o motivo de tal narrativa ser anônima. Se ainda não havia sido anteriormente publicada, sendo portanto até então desconhecida, estas "narrações das calamidades de Pernambuco" eram de fato anônimas, datadas de 1759, ou teriam sido escritas na emergência do crepúsculo da monarquia? Com relação a isto não podemos fazer mais que levantar hipóteses e conjeturas. Estas observações são demasiado breves, e nos debruçarmos somente sobe as edições da Revista Trimensal não oferece suporte suficiente para responder a todas estas perguntas. Mas esperamos que estas suscitem trabalhos futuros.

Considerações Finais

A constituição da história como disciplina esteve estritamente vinculada à formação dos Estados-nacionais modernos.[53] No Brasil, essa relação assumiu desde muito cedo um caráter marcante, pois coube à instituição monárquica construir e legitimar os espaços de produção e difusão do discurso histórico nacional. E este, por sua vez, estabeleceu-se também dentro de um lugar social que se resumia a uma instituição que não era outra coisa senão monárquica: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tinha como foco de orientação de seus integrantes a organização de uma história nacional que se centrasse na unidade territorial e política – em uma palavra, no Império.

A escrita da história, ao longo do século XIX, encerrou-se no círculo de letrados associados do IHGB. Delimitou-se neste lugar específico tornando-se um saber reconhecido como oficial, assim legitimado pelo imperador. Configurando os sentidos que pretendiam dar forma ao objeto da nação e orientar a ação estatal, este saber mantinha uma estreita relação com o poder político, e pretendia-se fazer dele também um instrumento de legitimação e

53 Ibid.

imposição do poder. A história fazia-se assim uma matriz de construção das estratégias e táticas da arte de governar.

Após a derrocada do regime imperial, no entanto, um aparente caos se abateu sobre o Instituto, pois o grande escopo de suas narrativas havia sido esfacelado. Por conta disso, a repercussão deste momento imprimiu-se em contradições nas formas como a história veio à público nas edições do periódico que regularmente era mantido pelo IHGB. Mas, como destacamos, estas contradições refletiam mais que um espaço entre os dois mundos, pois de imediato a realidade entre cada um deles não havia sido tão profundamente alterada; refletiam um processo de adaptação e de mudanças na ordem do discurso.

A hipótese do hiato na produtividade das pesquisas históricas neste momento específico, a qual levantamos no texto, pode ser verificada em um estudo mais aprofundado sobre as publicações editoriais neste período, que contemple a imprensa e a produção historiográfica e suas relações com o cenário político. Embora estudos exemplares e impecáveis sobre a história da imprensa e da produção letrada no Brasil oitocentista já existam, como os de Gladys Sabina Ribeiro, Angela de Castro Gomes, Carla Vieira Siqueira, Camila de Freitas Silva e Nelson Werneck Sodré, dentre muitos outros, poucos se dispuseram a confrontar a frequência e o teor das publicações do IHGB e do restante da circulação impressa na capital. Eis aí um campo aberto e fértil para o pesquisador cultivar seu ofício.

Manuel Salgado Guimarães[54] argumenta em favor de que a mudança do regime político refletiu-se também sobre o regime historiográfico de então, e uma considerável guinada operacionalizou-se principalmente em torno da produção de História que orbitava o IHGB. É assertiva a constatação do autor, mas a intensidade desta mudança é que nos inquieta. Foi automática a mudança do perfil monarquista do instituto e de seus membros, ou gradativa?

A partir da análise das fontes, o que se percebe é uma contradição de ideias: ao mesmo tempo em que a glorificação do imperador é presente e resistente, verifica-se também a operação de um resgate histórico que é colocado a serviço do regime republicano. Seria reconciliador alegar o novo regime não emerge de um asseverado conflito com o antigo, e para tanto poderíamos afirmar em favor desta hipótese que a Proclamação da República foi um evento pacífico, e não fruto de batalhas e revoltas como aconteceu em praticamente todos os países americanos, e que tentava-se criar uma noção de continuidade em uma perspectiva evolucionista da política, assim como a partir da independência tentou-se criar uma ideia de continuidade da hegemonia portuguesa no novo império – e o próprio IHGB surgiu com esse

54 GUIMARÃES, opus cit.

intuito. Mas o evento evocado para este empreendimento é justamente uma revolta contrária à coroa, que pretendia depor o governo provincial (ou, na leitura que fazem dele, o governo geral e o poderio da coroa); e a polarização diametral entre o antigo e o novo regime se faz irredutível. Neste momento de advento da República no/do Brasil, se fazia contraditório o papel do IHGB em sua tradicional relação com o Estado. Contudo, insistir em reduzi-lo ao caos é também problemático, pois trata-se de um lugar formal e oficial da produção do saber.

Embora o discurso monarquista que se opera como fundamento das aclamações do império e de "Sua Majestade Imperial" ainda esteja presente, entre manifestações de biografias ilustres e invocações que mesclam as profissões de fé religiosas e a política, emerge também um discurso do império como uma quista de lutas populares que remontam tempos longínquos, pois agora o foco da nacionalidade não é mais a orbita da coroa, mas o popular. E se por um lado a mudança no *topos* verificada por Koselleck[55] levaria alguns anos (ou décadas) para se consolidar em uma nova historiografia, esta já começa a ser percebida desde então, e a mudança se faz também pela necessidade.

Como destacou Michel Foucault, "ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo".[56] A ordem agora era outra, e dever-se-ia buscar atender às exigências que a ela se empunham; o discurso histórico gradualmente tornava-se outro e funcionaria sobre outros mecanismos, mas sem abandonar a função do saber que o fabricava em uma íntima relação com o poder.

Fontes

RIHGB. Rio de Janeiro, tomo LI, vol. parte I, 1888.
RIHGB. Rio de Janeiro, tomo LI, vol. parte II, 1888.
RIHGB. Rio de Janeiro, tomo LII, vol. parte I, 1889.
RIHGB. Rio de Janeiro, tomo LII, vol. parte II, 1889.
RIHGB. Commemoração do Centenario de Claudio Manuel da Costa. Rio de Janeiro, tomo LIII, vol. parte I, 1890.
RIHGB. Rio de Janeiro, tomo LIII, vol. parte II, 1890.
RIHGB. Rio de Janeiro, tomo LIV, vol. parte I, 1891.
RIHGB. Rio de Janeiro, tomo LIV, vol. parte II, 1891.

55 KOSELLEK, opus cit.
56 FOUCAULT, opus cit.